



CURSO DE PSICOLOGIA

**GEISY RAIANY DIAS DE OLIVEIRA
HIGOR MATHEUS NUNES DE ARAÚJO FERREIRA**

**OS MANUAIS DIAGNÓSTICOS CONTEMPORÂNEOS E A PATOLOGIZAÇÃO
DO NORMAL**

Belo Horizonte

2023

O48m Oliveira, Geisy Raiany Dias de

Os manuais diagnósticos contemporâneos e a patologização do normal. / Geisy Raiany Dias de Oliveira, Higor Matheus Nunes de Araújo Ferreira. – Belo Horizonte: FAMINAS, 2023.
20p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – FAMINAS, Belo Horizonte, 2023

Orientador: Profº. Me. Marconi Martins da Costa Guedes

1. DSM. 2. Psicanálise. 3. Diagnóstico. 4. Taxonomia. 5. Poder. I. Oliveira, Geisy Raiany Dias de. II. Ferreira, Higor Matheus Nunes de Araújo. III. Título.

CDD: 616.89

**GEISY RAIANY DIAS DE OLIVEIRA
HIGOR MATHEUS NUNES DE ARAÚJO FERREIRA**

**OS MANUAIS DIAGNÓSTICOS CONTEMPORÂNEOS E A PATOLOGIZAÇÃO DO
NORMAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Faculdade de Minas como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em psicologia.

Orientador: Professor Me. Marconi Martins da Costa Guedes

Belo Horizonte

2023

GEISY RAIANY DIAS DE OLIVEIRA
HIGOR MATHEUS NUNES DE ARAÚJO FERREIRA

**OS MANUAIS DIAGNÓSTICOS CONTEMPORÂNEOS E A PATOLOGIZAÇÃO DO
NORMAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Faculdade de Minas como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em psicologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Me. Marconi Martins da Costa Guedes

Prof. Me. Thais Francielle Alves

Prof. Dra. Fabiola Fernanda do Patrocínio

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2023

OS MANUAIS DIAGNÓSTICOS CONTEMPORÂNEOS E A PATOLOGIZAÇÃO DO NORMAL

CONTEMPORARY DIAGNOSTIC MANUALS AND THE PATHOLOGIZATION OF THE NORMAL

Geisy Raiany Dias de OLIVEIRA¹, Higor Matheus Nunes de Araújo FERREIRA¹

RESUMO

A sociedade tem assistido na contemporaneidade a um excesso de classificação e patologização do comportamento humano, que se expressam nas diversas edições dos manuais classificatórios dos transtornos mentais. Tais comportamentos têm sido analisados, a partir de uma generalização e numa perspectiva reducionista, como temas pertinentes ao campo da psicopatologia. Este trabalho tem como proposta discutir, a partir das concepções de Michel Foucault sobre poder e da psicanálise sobre o sujeito, as críticas pertinentes dos manuais diagnósticos contemporâneos e o que pode ser compreendido como a “patologização do normal”. Pressupõe-se que devido aos aumentos das categorias nosológicas presentes no DSM-V, tem se estabelecido uma espécie de taxonomia moderna que reduz o sujeito à categorias psicopatológicas simplistas. Para atender ao propósito deste trabalho, foi realizada uma revisão de literatura de caráter narrativo, pesquisando as teorias de autores que abordam o tema e realizado um levantamento de dados organizado em um quadro descritivo. A partir disso, discutiu-se os discursos psicopatológicos que ressoam na contemporaneidade, a lógica que os sustentam, e a psicanálise como uma alternativa a esse reducionismo científico. Conclui-se que uma análise crítica da psicopatologia se faz urgentemente necessária, bem como uma abordagem terapêutica que considere a complexidade e singularidade do sujeito, compreendendo seus contextos e modo de viver.

Palavras-chave: DSM; psicanálise; diagnóstico; taxonomia; poder.

ABSTRACT

Society has witnessed an excess of classification and pathologization of human behavior in contemporary times, which is expressed in the various editions of classification manuals for mental disorders. Such behaviors have been analyzed, from a generalization and a reductionist perspective, as themes pertinent to the field of psychopathology. This work aims to discuss, based on Michel Foucault's conceptions about power and psychoanalysis about the subject, the pertinent criticisms of contemporary diagnostic manuals and what can be understood as the “pathologization of the normal”. It is assumed that due to the increase in nosological categories present in the DSM-V, a type of modern taxonomy has been established that reduces the subject to simplistic psychopathological categories. To meet the purpose of this work, a narrative literature review was carried out, researching the theories of authors who address the topic and a data survey organized in a descriptive framework. From this, we discussed the psychopathological discourses that resonate in contemporary times, the logic that supports them, and psychoanalysis as an alternative to this scientific reductionism. It is concluded that a critical analysis of psychopathology is urgently needed, as well as a therapeutic approach that considers the complexity and uniqueness of the subject, considering their contexts and way of living.

Keywords: DSM; psychoanalysis; diagnosis; taxonomy; power.

¹ Faculdade de Minas (FAMINAS – BH). Endereço para correspondência: Av. Cristiano Machado, 12001 – Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, 31744-007. Email: geisyraianydias@gmail.com higorm7@gmail.com

1.Introdução

A sociedade tem assistido a um excesso de classificação e patologização do comportamento humano na contemporaneidade que se expressa a partir dos manuais classificatórios dos transtornos mentais. Tais comportamentos têm sido analisados, a partir de uma generalização e numa perspectiva reducionista, como tema pertinente ao campo da psicopatologia.

Com o aumento do número de transtornos presentes nos manuais classificatórios a atualidade está diante de um fenômeno que Resende, Pontes & Calazans (2015) definem como “patologização do normal”. Esse processo tende a patologizar características, sentimentos e comportamentos desde a infância até a vida adulta, considerados normais.

A "normalidade", conforme Canguilhem (2007), é um conceito de saúde determinado a partir da definição do “normal”. Para a clínica médica, o “normal” é colocado como uma norma coercitiva e coletiva que ocorre em conformidade, enquanto aquilo que se contrapõe a essa noção, o autor designa o termo patológico. Nesse sentido, o patológico advém de uma comparação cultural do que é dado como normal. Portanto, ser patológico implica em romper e/ou afastar de um padrão normativo de vida.

Na esfera psicopatológica, a psiquiatria contemporânea se consolida como uma instituição que opera na criação de uma taxonomia¹ para descrever comportamentos considerados (a)normais, estabelecendo diagnósticos de transtornos mentais a partir de sintomas presentes na vida do sujeito, semelhante a um *checklist*.

Conforme Furtado (2014), o processo de crescente expansão dos diagnósticos traz para o campo da psicopatologia comportamentos, emoções e estados subjetivos anteriormente experimentados e concebidos como parte da condição humana, de forma que um número cada vez maior de pessoas se torna potencialmente portadoras de algum transtorno.

Segundo Ribeiro et.al (2020), a categorização dos transtornos psíquicos pode ser vista como uma tentativa de trazer a compreensão dos fenômenos complexos e difíceis de entender. Porém, esse processo de categorização tem grandes riscos, como a estigmatização e a possibilidade de que as experiências humanas sejam reduzidas a rótulos simplistas.

Para Teodoro, Simões e Gonçalves (2021), a partir da segunda metade do século XX, tem-se necessidade de sistematizar os diagnósticos referentes às patologias mentais. Pode-se

¹ Taxonomia: Ciência que se dedica à classificação; técnica de classificação, ou de distribuição sistemática em categorias: taxonomia gramatical. TAXONOMIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/taxonomia/>>. Acesso em: 20/12/2023

observar uma padronização entre indivíduos “normais” e “anormais” com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM).

Segundo os autores, o discurso psicopatológico da atualidade está centrado no saber científico-biológico, no qual o sofrimento psíquico é explicado a partir de disfunções neurofisiológicas tratadas farmacologicamente, e conseqüentemente o sintoma passa a exercer uma lógica taxonômica que se sobrepõe em detrimento do sujeito.

Considerando este cenário, esse estudo tem como objetivo promover uma análise crítica dos manuais diagnósticos, considerando a patologização do normal e suas conseqüências na saúde mental do sujeito contemporâneo, nas práticas clínicas e na sociedade de modo geral. Para tal, pretende-se explorar conceitos do filósofo Michel Foucault como a biopolítica e as contribuições da psicanálise de Freud e Lacan, analisando criticamente o modelo patologizante da clínica contemporânea.

Na perspectiva de Foucault, Biopoder é uma estratégia política de governar a vida colocada em prática no Ocidente a partir do século 17 (Foucault, 2012), se dispondo em dois pilares principais: poder disciplinar, onde se governa os corpos dos indivíduos e biopolítica, que se trata do governo da população como um todo. O autor descreve como esse poder político exerce controle sobre os corpos, influenciando aspectos fundamentais da existência humana.

Foucault analisa como as estruturas sociais e políticas controlam não apenas as ações individuais, mas a vida coletiva e as condições de vida do sujeito. Dentro deste contexto, a compreensão da definição de Poder e Relações de Poder na obra do autor auxiliam na investigação dos saberes que instituem as categorias do normal e do patológico, e da criação da psiquiatria como instituição que as valida.

Por último, com o propósito de compreender criticamente o modelo patologizante que se supõe vigorar, pretendemos analisar as contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. À luz da psicanálise pretende-se tanto aprimorar o conhecimento sobre a concepção do sujeito e sua singularidade, quanto fornecer intervenções mais eficazes no contexto da clínica, oferecendo uma alternativa aos processos de patologização da vida cotidiana.

A abordagem psicanalítica acredita que o próprio sujeito detém mecanismos para compreender o seu próprio progresso, na medida em que o sujeito possui elementos subjetivos para entendimento da sua história. Nessa direção, o profissional que conduz a intervenção tem o dever de tomar o caso em questão em sua singularidade, conforme nos orienta o próprio Lacan. De acordo com o autor,

Tomá-lo na sua singularidade, o que quer dizer isto? Quer dizer essencialmente que, para ele, o interesse, a essência, o fundamento, a dimensão própria da análise, é a reintegração, pelo sujeito, da sua história até os seus últimos limites sensíveis, isto é,

até uma dimensão que ultrapassa em muito os limites individuais. (Lacan, 1953-1954 p. 21).

Para isso, pressupõe-se que para a psicanálise o diagnóstico não opera de forma taxonômica, mas oferece espaço e um ambiente favorável para que o próprio sujeito possa elaborar esses significantes e compreender o que isso diz sobre o seu sintoma.

2. Metodologia

Para atender os objetivos deste trabalho, a pesquisa realizada se caracteriza como uma revisão bibliográfica, mais especificamente uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo foi buscar por referências prévias já publicadas.

A revisão utilizada é de caráter narrativo, que é reconhecida por ser mais flexível e por permitir uma busca mais aberta de fontes, proporcionando uma maior autonomia ao pesquisador e uma maior abrangência de aspectos subjetivos da questão a ser respondida (Cordeiro et al., 2007).

A busca de dados para a pesquisa foi centralizada nas seguintes plataformas: GOOGLE ACADÊMICO, SCIELO, PEPsic, BVS, PUBMED. A pesquisa foi realizada nos meses de agosto/setembro de 2023, e teve como palavras chaves: DSM; PSICANÁLISE; TAXONOMIA; DIAGNÓSTICO; PODER. Foram encontrados 406 artigos na pesquisa com os descritores utilizados.

A fim de definir os critérios de inclusão que atendem os objetivos deste trabalho, foram selecionadas publicações que condizem com o tema deste artigo, publicados entre o período de 2013-2023 escritos em língua portuguesa. Quanto ao tipo de publicação, optou-se por artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrados. Além de livros de autores de referência para o tema estudado. Foram excluídas publicações duplicadas, artigos e outras publicações em língua diferente do português, e que não abordaram o tema.

Os resultados obtidos das publicações selecionadas foram provenientes de uma pesquisa inicial de triagem do material, cuja avaliação se deu pela leitura de títulos e resumos. Aqueles que atenderam aos critérios de aptidão para a leitura foram definidos conforme os critérios de inclusão e exclusão supracitados.

3. Resultados e Discussão

Os resultados dos estudos pesquisados sugerem como ponto em comum a problematização dos processos de psicopatologização do cotidiano. Propõem nortear os processos diagnósticos de forma diferencial e voltados para a singularidade de cada indivíduo,

sugerindo em alguns deles, uma abordagem psicanalítica como estratégia de intervenção clínica, que considera a complexidade e originalidade de cada sujeito.

Dos artigos analisados na pesquisa, foram extraídos: os primeiros autores, ano de publicação, objetivos e resultados. A discussão dos resultados e dados obtidos na pesquisa foi organizada em três seções por meio de uma numeração progressiva.

Os dados obtidos durante a pesquisa foram organizados em um quadro demonstrativo, conforme abaixo (Tabela 1):

Tabela 1 - Características dos estudos incluídos

Título	Autor e ano de publicação	Objetivos	Resultados
Psicanálise e saúde mental, uma visão crítica sobre psicopatologia contemporânea e a questão dos diagnósticos.	Travaglia, 2014.	Compreender como se organizam as ditas referências em psicopatologia e saúde mental assim como seu efeito discursivo para os sujeitos.	Psicologizar e medicalizar a vida cotidiana é efeito de um alarmismo em torno de comportamentos até então tidos como comuns, que agora podem receber o signo de doentios.
DSM-5 e as alterações dos transtornos de humor: uma análise crítica à luz da teoria psicanalítica.	Teodoro; Simões; Gonçalves, 2021.	Analisar criticamente as transformações da classe dos Transtornos de Humor sofridas na última versão do DSM.	Como resultado, a investigação oferece elementos para refletir, buscando fazer uma leitura da sociedade e da realidade a qual estamos inseridos.
Alterações de humor na trama psicopatológica do DSM-V.	Teodcoro; Simões; Gonçalves, 2020.	Identificar as alterações mais significativas dos critérios diagnósticos vigentes do DSM-IV para o DSM-V.	Se constatou que os avanços da medicalização ampliaram a descrição e a nomenclatura dos diagnósticos e, conseqüentemente, expandiram as indústrias farmacêuticas.
Reflexões sobre a psicanálise, saúde mental e instituições: Considerações acerca das dimensões do patológico e do sofrimento.	Braga; Fonseca, 2018.	Analisar a complexidade de três campos de estudo da psicopatologia: o sofrimento, o patológico e o subjetivo.	Para o autor, é necessário entender a história do indivíduo para entender o sintoma, e compreender que cada sujeito possui uma maneira singular de interpretar o mundo.

Reflexões sobre o diagnóstico como representação.	Mendonça, 2013.	Investigar e aprofundar a questão da função do diagnóstico tomando como base a teoria freudiana e o campo de pesquisa da Psicopatologia Fundamental.	Estabelecer um diagnóstico que define o sujeito, cessa a possibilidade de acesso ao enigmático e obscuro do ser humano.
O lugar do sofrimento na cultura contemporânea: patologização do mal-estar e medicalização da vida.	Furtado, 2014.	Interrogar sobre os deslocamentos no lugar do sofrimento no contexto das transformações em curso na pós-modernidade.	O processo de expansão dos diagnósticos traz para o campo da psicopatologia comportamentos, emoções e estados subjetivos anteriormente concebidos como parte da condição humana, e um número cada vez maior de pessoas se torna potencialmente portadoras de transtornos.
Inquietações do presente: a persistência de A História da Loucura no campo da reforma psiquiátrica.	Macerata; Mizoguchi, 2020.	Fazer um percurso e uma retomada da obra foucaultiana ali onde ela toma como objeto as práticas que objetificam a loucura.	A análise do livro A História da Loucura aponta a doença mental como uma construção datada. Isso não significa que ela não exista: ela é produzida como conceito que opera realidade. Ela se envolve nos processos de sofrimento e adoecimento.
A psicopatologia na era biológica: da exclusão da subjetividade à racionalização empresarial do desejo.	Britz, 2022.	Discutir, a partir dos campos da psicanálise e da psicologia social, as articulações entre a cultura contemporânea e os nossos modos de compreender e tratar o sofrimento psíquico.	Uma psicopatologia crítica se faz profundamente necessária, bem como modos de fazer ciência que levem em consideração a complexidade dos sujeitos, seus contextos e modos de viver.

Fonte: os autores

O quadro supracitado irá auxiliar em uma discussão sobre o tema proposto e promover um debate crítico de revisão sobre os manuais diagnósticos contemporâneos e a lógica psicopatológica que se apresenta nos mesmos. Para isso, discutiremos a perspectiva psicopatológica proposta pelo DSM; a ideia foucaultiana sobre biopoder, poder e crítica ao saber psiquiátrico e a visão crítica da psicanálise sobre a psicopatologia do DSM.

3.1 A perspectiva psicopatológica proposta pelo DSM

Barreto (2020), define que uma das grandes mudanças conceituais no campo da

psiquiatria se deu por uma reaproximação com o saber médico, com o enfoque em trabalhar com a exclusão da subjetividade, tanto do observador (médico), quanto do observado (paciente), o que foi possível a partir de duas grandes inovações: a descoberta de medicamentos psicofármacos e a criação de uma nova classificação com o advento do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) criou o DSM com o objetivo de padronizar os sintomas e diagnósticos das síndromes psíquicas. O DSM busca neutralidade e objetiva propor uma classificação puramente descritiva e empírica a respeito dos sintomas, sendo o mais objetivo possível, a fim de abandonar explicações abstratas ou metafísicas sobre os transtornos mentais (Braga; Fonseca, p.539, 2018).

Não se trata de uma mera causalidade a lógica que sustenta o manual ser tão simplificada. O DSM é a classificação construída para a era dos psicofármacos (Barreto, 2020, p.73). Cada diagnóstico corresponde a um tratamento específico e favorece a hegemonia ampla do método estatístico, onde os dados são tratados sob o manto da generalização dos sintomas.

Em cada época, o sofrimento é nomeado, taxado, e fundamentado por meio de uma dinâmica de poder e controle que se baseia no discurso predominante da contemporaneidade. Nesse sentido, cabe questionar: qual a lógica que sustenta a psicopatologia dos dias atuais? Essa lógica exclui ou inclui o sujeito dos processos de subjetivação?

Quando se estuda psicopatologia percebe-se como as mudanças sociais, culturais e econômicas incidem sobre a noção de sujeito e do normal/patológico de cada época. Na atualidade, observamos uma transição do discurso da psiquiatria clássica para um discurso psicopatológico biologicista e estruturalista que se orienta pelo DSM. A saúde mental toma um novo contorno, uma vez instalada, de modo significativo, um processo de medicalização da vida, onde qualquer desvio da ordem estipulada socialmente torna-se passível de medicação.

Conforme Travaglia (2014), o DSM-V funciona em um regime do qual poderíamos referir como “taxonomia moderna”, que consiste em uma forma de organização descritiva de sintomas semelhante à das ciências biológicas:

A psiquiatria contemporânea se autoconferiu a missão de divulgar novas nomenclaturas – às quais os meios de difusão aderem fervorosamente –, gerando um panóptico de títulos diagnósticos que quase sempre reportam ao caráter neuroquímico da afecção. (Jerusalinsky & Fendrik, 2011, p. 6).

As denominações mais genéricas e populares para experiências subjetivas, com algum grau de sofrimento, perdem o lugar para termos que remetem a categorias nosológicas, ou seja, classificações médicas. Assim, sentimentos ou crises que eventualmente poderiam ser descritos com outros termos do vocabulário cotidiano, passam a ser tratados como sintomas e

relacionados a um sentido patológico (Britz; 2022, p. 10).

O diagnóstico que ocorre conforme a lógica classificatória aprisiona o sujeito a uma identidade vinculada ao nome do transtorno que recebe. Segundo Britz (2022), as intitulações mais utilizadas e amplas para as vivências subjetivas que tem relação com algum nível de sofrimento estão cada vez mais sendo atribuídas a classificações médicas.

Situações que poderiam ser descritas em outros termos, que dizem respeito às experiências naturais da vida, estão sendo tratadas pelo saber médico, vinculadas a um sentido patológico. Consequentemente, essa representação taxonômica pode reduzir a complexidade da experiência humana a rótulos e siglas simplistas.

Se estreita o espaço para a subjetividade do sujeito emergir e consequentemente as vivências passam a ser taxadas e reduzidas a termos médicos e simplistas, como depressivo, ansioso/TAG (Transtorno de Ansiedade Generalizada), bipolar/TAB (Transtorno afetivo bipolar), TDAH (Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), TEA (Transtorno do Espectro do Autismo), TOD (Transtorno Opositivo desafiador), TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo), TDI (Transtorno Dissociativo de Identidade).

A perspectiva psicopatológica atual proposta pelo molde do DSM se organiza por meio de uma linguagem generalista, de referência empírica, pragmática e atórica. Entretanto, o custo para essa unificação e consenso consiste em recortar o sujeito para enquadrá-lo ao tamanho que a nomenclatura permite (Travaglia; 2014, p. 43-44). Diante desta organização, ocorre uma expansão das nomenclaturas diagnósticas e médicas para que no processo de categorização se possa incluir a todos os seres de forma ordenada, promovendo uma espécie de patologização da normalidade.

Esse fenômeno pode ser observado pelas crescentes atualizações inclusas no Manual Classificatório de Transtornos Mentais que está atualmente em sua quinta edição. Enquanto a primeira versão do DSM-I, publicada em 1952, contava com 106 categorias diagnósticas (APA, 1952), a última versão intitulada como DSM-V, publicada em 2013, apresenta mais de 300 diagnósticos distribuídos em 947 páginas (APA, 2013; Martinhago; Caponi, 2019).

Nesse contexto, ao propormos uma leitura crítica sobre tal conjuntura, podemos questionar em que medida o conceito de Biopoder de Michel Foucault favorece o entendimento de estratégias de controle e gestão dos corpos e da vida da população, ficando evidente que grande parte das práticas médicas, como as representações do DSM, são baseadas em estruturas de poder e normatização de uma sociedade.

3.2 A ideia foucaultiana sobre biopoder, poder e crítica ao saber psiquiátrico

Michel Foucault se dedicou aos estudos sobre o poder, analisando sua natureza e como essa força se manifesta nos mecanismos de dominação, por meio das instituições e práticas sociais. Neste percurso, o autor enfatiza a relação existente entre poder e conhecimento, estabelecendo que esta definição exerce influência direta na vida em sociedade.

Na introdução da obra “Microfísica do Poder” (2021) de Michel Foucault, Machado descreve:

Poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não [...] rigorosamente falando, o poder não existe, existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona [...] não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (Foucault, 2021, p. 17).

O conceito de Poder em Foucault se difere das concepções tradicionais, uma vez que o autor concebe que o poder não é fixo, mas sim uma prática que está em um constante processo de produção. Dessa forma, manifestando-se como uma dinâmica de forças que abrange todas as esferas da sociedade e envolve cada indivíduo através dos seus mecanismos, podendo exercer domínio através de formas coercivas, disciplinares e de controle.

Das análises sobre as relações de poder, surgem dois mecanismos que executam distintas formas de controle, sendo respectivamente, tratados pelo autor como biopoder e poder disciplinar. Enquanto o biopoder estabelece o controle sobre a vida do sujeito, o poder disciplinar busca fabricar o indivíduo com o adestramento dos corpos. A junção de ambos os conceitos ocasiona um controle total do indivíduo, dos corpos e das vidas.

Em sua obra “Vigiar e Punir” (2014), Foucault descreve a disciplina como “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de “disciplina” (Foucault, 2014, P 135).

Com base no conceito acima, se assume que o poder disciplinar é um efeito de controle que, ao contrário de proibir e punir, tem o objetivo de moldar os indivíduos para torná-los mais eficazes, obedientes e produtivos, alcançando êxito através de técnicas de vigilância e das instituições punitivas, que propõem uma espécie de normalização social. Além disso, o biopoder opera como um agente de administração da vida, através do controle das populações, regulando não apenas o comportamento individual, mas também aspectos da saúde, mortalidade, natalidade, moldando as populações de acordo com o interesse do Estado.

Como consequência dessa administração, percebe-se que, o corpo passa a ser tomado como objeto de tecnologias políticas, o corpo torna-se público, e o público "somatocrático" (Foucault, 2010, p. 171). Isto é, "vivemos num regime em que uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde,

etc." (Foucault, 2010, p. 171). O que se revela na contemporaneidade como “a sociedade do bem-estar” onde o corpo e vida do sujeito são tomados como alvos de constantes intervenções, médicas, estéticas, farmacológicas.

Diante disso, os sujeitos são inseridos em um ideal de produtividade inalcançável. A realidade da diferença é um problema a ser ajustado por meio de intervenções disciplinares, médicas ou farmacológicas. A lógica da loucura se iguala com a lógica da produção e o sujeito doente se torna aquele quem não produz. Portanto, surgem meios e mecanismos de associar a improdutividade como doença, esta que por vez será medicada.

As obras nomeadas como "O Poder Psiquiátrico" (2006) e a "História da loucura" (1978) escritas por Foucault, defendem que o poder psiquiátrico funciona como um mecanismo de controle social e agente determinante da normalidade e da anormalidade. Esse poder em específico advém da união entre poder disciplinar e biopoder, ocorrendo devido à crescente presença da medicina nos espaços públicos, uma presença que invade os sujeitos, seus corpos e a linguagem.

Em uma conferência denominada “O Nascimento da Medicina Social” (1989), Foucault apresenta o seguinte argumento:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua somente pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importa antes de tudo, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica. (Foucault, 1989, p. 79-99).

Na esfera psicopatológica da atualidade, onde não há espaço para os sentimentos, fraqueza, ou qualquer lógica desviante do padrão, o poder psiquiátrico é utilizado como uma das estratégias de controle biopolítico da população, executado pelo processo de medicalização da existência e pela patologização de sentimentos, ações e comportamentos cotidianos.

Já não é possível postular qual poder deve ser combatido, pois o poder está dissolvido nas experiências cotidianas e tomado pelo saber biomédico e psicopatológico. Resultante desse processo, os sentimentos, gestos, palavras e afeto tornaram-se objeto de uma lógica científicista, que propõe uma mensuração do sofrimento psíquico e, em última instância, a patologização da vida cotidiana.

Através da compreensão dos conceitos de poder e biopoder, percebe-se os processos de dominação implícitos dentro do saber médico, psicológico e dos manuais classificatórios. O equivalente a aquilo que Foucault nos mostra em seus estudos, que tanto no nascimento da medicina moderna quanto nos investimentos em relação à loucura, o homem passa a se tornar um objeto de conhecimento e se reduz a algo passível de observação científica. (Macerata;

Mizoguchi, 2020).

Assim como pontua o autor no livro “O Nascimento da Clínica” (2008), “para os classificadores, o ato fundamental do conhecimento médico era estabelecer uma demarcação: situar um sintoma em uma doença, uma doença em um conjunto específico e orientar este no interior do plano geral do mundo patológico.” (Foucault, 2008, p.31).

O DSM opera com o objetivo principal de trazer coerência ao diagnóstico médico e orientar os psiquiatras nas práticas clínicas, visando estabelecer uma demarcação de intervenção e saber para o campo da psicopatologia. Com isso, o exercício de poder do qual mencionamos, se torna possível mediante a imposição de um saber/verdade que ocorre por meio de um conhecimento que serve como instrumento e justificação das práticas diagnósticas.

Consequentemente, falar sobre a crítica foucaultiana sobre o saber psiquiátrico ultrapassa o espaço dos muros dos manicômios que controlavam os corpos dos sujeitos durante o período de grandes internações. Torna-se assim, uma discussão atual dos meios de exercício de controle que ocorrem por meio de uma taxonomia que captura e aprisiona a subjetividade dos sujeitos em um mero diagnóstico simplista e reducionista.

3.3 A visão crítica da psicanálise sobre a psicopatologia do DSM

Uma crítica encontrada neste trabalho de revisão sobre o DSM é que o manual busca apenas descrever as doenças mentais agrupando os sintomas em síndromes, cujo ponto principal é o auxílio nos diagnósticos, fornecendo critérios para as diversas manifestações de perturbações mentais, deixando à margem a busca das etiologias dos quadros mentais. Entende-se também que a psicopatologia do DSM é pautada em um complexo sistema classificatório que atende a requisitos de padronização e generalização e que, portanto, limitam e ignoram tanto a dimensão subjetiva quanto a singularidade própria da espécie humana (Mendonça, 2013, p. 33-34).

Percebe-se que a lógica presente nos manuais classificatórios se configura como uma espécie de reducionismo da subjetividade para enquadrar o sujeito em categorias simplistas, enquanto se resume o sofrimento psíquico em meras taxonomias. Nesse contexto, a psicanálise se situa como um discurso que faz um contraponto a esta perspectiva, legitimando a subjetividade e singularidade de cada sujeito, sendo um obstáculo às diversas tentativas de padronização da existência, que tentam transformar todos os eventos da vida de um sujeito em sofrimento mental.

Na perspectiva de Teixeira (2020), a ciência moderna estabelece em sua fundação um modo de tratar cientificamente o fenômeno mental que sugere que a loucura não pensa, e logo,

não tem nada a dizer. Isto se dá ao fato que toda psicopatologia constituída ao longo do séc. XIX se vale de padrões normativos de classificação, que embora carentes da verdadeira metodologia científica, comungam com a ciência o ato de eliminação do discurso do alienado mental.

Segundo Freud, sujeito é algo que surge nas entrelinhas, se apresentando em nome do desejo, não sendo uma concepção explícita. Se mostra estranho e estrangeiro ao eu. “Ele é o que insiste, a repetição que se impõe. Logo, o sujeito não existe por si, mas pode surgir a partir do inconsciente” (CABAS, 2009). O sujeito para a psicanálise se coloca como efeito de uma série de questões subjetivas e inconscientes, podendo se manifestar de diversas maneiras.

Desde a sua fundação a psicanálise atua como uma percepção mais crítica, questionando as noções e aplicações do saber psiquiátrico, o que se dá porque a visão de sujeito psicanalítico vai em contraponto àquele presente no DSM e manuais diagnósticos. A psicanálise parte da noção de que cada sujeito é um ser único, singular, e não generalizável, não cabendo assim em mensurações e/ou tentativas de descrições lógicas.

A psicanálise se propõe a compreender o sintoma como resposta, visando despatologizar a relação do sujeito com esse sintoma que o aflige, se dispondo a nortear o processo terapêutico no respeito às diferenças e pelo que há de mais singular em cada um, e não necessariamente com um diagnóstico psicopatológico em vista. Diante disso, o processo diagnóstico não opera de forma taxonômica, visto que a nosologia da psicanálise opera de forma não normativa, levando em conta o que o sujeito tem a dizer sobre a sua experiência, apostando no saber construído pelo próprio paciente (Teixeira, 2020, p.136).

No DSM-5, os transtornos "falam" pelo sujeito, ou seja, o saber do manual se impõe às narrativas do paciente que, no cenário psicopatológico, era a evidência mais consistente da dimensão de seu sofrimento (Teodoro; Simões e Gonçalves, 2020, p. 59). O que rege esse discurso é o saber biomédico, que tenta reduzir as diferenças subjetivas para regular o mal-estar, os sintomas e o sofrimento, reduzindo o processo de adoecimento e o tratamento a categorizações e ao uso de medicamentos.

Para a psicanálise, um dos problemas desse saber colocado sobre sujeito que sofre é a legitimação de uma desresponsabilização do mesmo diante da patologia que enfrenta, esta que então passa a ter uma causa externa, geralmente de natureza bioquímica, genética, familiar, do outro, e, portanto, remediável (Teodoro; Simões e Gonçalves, 2020 p. 59). Esta noção de responsabilização parte de pressupostos Freudianos, ao sinalizar a responsabilidade ou implicação do sujeito sobre o seu sintoma.

Freud em seu livro “A Psicopatologia da Vida Cotidiana” (1901), aponta a irremediável

relação que existe entre o sujeito e seu sintoma e indica para a impossibilidade de delimitar a fronteira entre o mal-estar e o sujeito, mal-estar que se evidencia diariamente e em todos os lugares que o sujeito esteja. Para o autor, não existe sujeito sem sintoma e nem sintoma sem sujeito.

Entretanto, o conceito de sintoma se difere entre as concepções psiquiátricas e psicanalíticas. Diante disso, enquanto a preocupação da psiquiatria é a cura e a eliminação dos sintomas manifestos pelo sujeito em sofrimento, a psicanálise se interessa pelo que há de mais subjetivo nas manifestações psíquicas (Mendonça; 2013, p. 47).

A psicanálise parte do pressuposto que o sintoma ocupa uma função para o sujeito conforme ele se estrutura. Por essa razão, o tratamento da psicanálise não é orientado para a extinção de todos os sintomas. A eliminação de um sintoma, entendida como o estabelecimento de um ideal da cura e da ordem social, sem considerar o sujeito que o produz, pode fazer com que outro ocupe o seu lugar, seja em maior ou menor sintonia com o desejo do sujeito.

O sintoma é definido por Lacan (1953 p. 282) como “o significante de um significado recalçado da consciência do sujeito”. Ou seja, para a psicanálise, o sintoma é entendido como uma ocorrência subjetiva que não se estabelece como um sinal de doença, mas como efeito de um conflito psíquico. Trata-se de uma manifestação do inconsciente, de desejos recalçados.

Assim, como dito por Freud em “A interpretação de sonhos” (1996), o sintoma para a psicanálise “não revela a verdade da doença, mas a verdade do sujeito do inconsciente”. O sintoma assume uma função que não diz apenas de um sentido patológico, ou fonte originária de sofrimento, mas também de uma saída necessária que garanta certa ordem para o funcionamento do psiquismo no sujeito.

Em contrapartida, com os manuais classificatórios são proferidas diversas e numerosas psicopatologias para cada comportamento, e nem sempre o uso de termos e nosologias da psiquiatria ocorre quando há um diagnóstico específico, atribuído por um profissional: é mais como se o jargão médico invadissem a linguagem coloquial (Britz, 2022, p.9). Os diagnósticos são ofertados tanto por médicos quanto leigos em uma espécie de psiquiatrização da vida cotidiana, assim como em uma psicopatologização de todo mal-estar subjetivo.

Assim, se evidencia a diferença que emerge entre as práticas clínicas que consideram os moldes do DSM, que se dedicam em patologizar os problemas da vida cotidiana do ponto de vista psicanalítico, que busca exatamente o contrário. Para Barreto (2016), no discurso psicopatológico do Manual não há lugar para a psicanálise, onde cada sujeito é diferente do outro e que cada tratamento é diferente do outro, pois não se faz estatísticas com singularidades.

A psicanálise, nesse contexto, surge como uma alternativa ao reducionismo científico,

ao ponto que a visão dessa teoria é voltada para o sujeito que se apresenta, e não aos seus sintomas. Nesse sentido, critica a visão psicopatológica que vigora nos manuais classificatórios que estão envolvidos na propensão contemporânea em classificar o sofrimento psíquico a partir de uma lógica nitidamente taxonômica e, conseqüentemente, sujeita à medicalização (Teodoro; Simões; Gonçalves, 2020, p.3).

4. Conclusão

A discussão realizada com base nos artigos encontrados, livros sobre o tema e autores de referência evidenciam que o advento do DSM-V e suas nomeações diagnósticas, em muitos casos, contribuem para aquilo que se supõe tratar de uma “patologização do normal”. É possível concluir que esse fenômeno de patologizar as condutas humanas precisam ser entendidas para além do campo da psiquiatria, uma vez que traz grande impacto nas dinâmicas sociais, culturais e na percepção do sofrimento psíquico.

A patologização se manifesta pelo crescente número de categorias nosológicas que têm sido criadas a cada revisão dos manuais classificatórios, nos quais cada vez mais pessoas se enquadram como portadoras de potenciais transtornos psíquicos. Neste contexto, na contemporaneidade, o discurso psicopatológico que se expressa no DSM ocupa cada vez mais espaço no vocabulário popular, devido a uma espécie de banalização dos processos diagnósticos, onde avalia-se a compatibilidade de todas as emoções e processos da vida a uma categoria descrita no manual.

O manual opera com uma perspectiva de identificação do sintoma, sua contabilização e medicalização, como se ao constatar a presença do fenômeno, o paciente receberá uma prescrição medicamentosa e que esta, por sua vez, eliminará o transtorno. Frente a isso, o diagnóstico que ocorre conforme a lógica classificatória “aprisiona” o sujeito a uma identidade vinculada ao nome da patologia que recebeu, operando de uma forma taxonômica sobre o processo de adoecimento.

Essa forma de operação do manual se dá por uma validação do saber científico como aquele que detém a verdade sobre a loucura e o processo de adoecimento. Com isso, o DSM exerce uma espécie de controle social, um mecanismo exercido por intermédio do biopoder, como o próprio Foucault menciona em seu trabalho. O fenômeno da patologização, que está enraizada no saber psiquiátrico e na taxonomia do DSM, reflete sobre as estratégias de controle biopolítico, moldando não apenas o comportamento individual, mas também aspectos da saúde e da vida da população.

O DSM atua como uma ferramenta moderna que estabelece, por meio de sua

categorização, o que é dado como normal e o que se enquadra como patológico. Esse saber/poder presente no manual atua como uma espécie de biopoder sobre a população, visto que dita as regras e institui quais seriam as ações e comportamentos considerados normais, como também, aponta para uma correção desses sentimentos e comportamentos desviantes dessa normatividade estabelecida em seus critérios.

Por outro lado, a psicanálise assume uma postura crítica frente a patologização encontrada no DSM, e se situa como uma alternativa ao reducionismo científico, considerando a singularidade de cada sujeito. Ao passo que o DSM busca padronizar e categorizar o sofrimento psíquico, a psicanálise tenta compreender o sintoma como algo que diz respeito a cada um e que, portanto, não deve ser eliminado sem uma compreensão do que se expressa, de cada sujeito, no sintoma.

A psicanálise problematiza a desresponsabilização do sujeito promovida pelos manuais diagnósticos, já que mediante a apresentação de sintomas, o DSM atribui o mal-estar as mais diversas causas externas, neurotransmissores, genética, desequilíbrio bioquímico, colocando o sujeito em um lugar de passividade e impossibilidade de agir frente ao sofrimento psíquico.

Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho não é o de desdenhar e/ou questionar todo o saber incluso dentre os manuais classificatórios, visto que existem no DSM categorias que tratam de entidades nosológicas classicamente investigadas e existentes. Portanto, não se sugere que toda a constituição do manual se configura como patologização do normal, mas se trata de problematizar o excesso que os manuais trazem consigo e que, muitas vezes, patologizam o que é da expressão humana.

A experiência desse trabalho conclui que a patologização do normal é um assunto emergente da contemporaneidade e que deve ser debatido de uma forma crítica. Se faz necessário o questionamento dos mecanismos de controle social vigentes, que ocorrem por meio da contenção e medicalização dos corpos e da captura pela linguagem, que impõe desafios para a compreensão dos sujeitos, subjetividade e dos transtornos psíquicos. Uma postura crítica sobre a patologização das manifestações da vida cotidiana possibilita uma maior compreensão dos sujeitos e seu sofrimento, proporcionando uma reflexão sobre os processos diagnósticos e o tratamento realizado frente a estes.

REFERÊNCIAS

- APA, Associação Psiquiátrica Americana. Diagnostic and statistical manual of mental disorders. **The American Psychiatric Association**, 2013.
- BARRETO, Francisco Paes. O bem-estar na civilização / BARRETO. – 1 ed – Curitiba, PR: Editora CRV, 2016. p. 33-46.
- BRAGA, F. S. M.; FONSECA, G. L. REFLEXÕES SOBRE PSICANÁLISE, SAÚDE MENTAL E INSTITUIÇÕES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DIMENSÕES DO PATOLÓGICO E DO SOFRIMENTO. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 538-546, 7 mar. 2018.
- BRITZ, Eduardo Bayon. A psicopatologia na era biológica: da exclusão da subjetividade à racionalização empresarial do desejo. 2022.
- CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do colégio brasileiro de cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007. CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- DE RESENDE, Marina Silveira; PONTES, Samira Paula; CALAZANS, Roberto. O DSM-V e suas implicações no processo de medicalização da existência. **Psicologia em revista**, v. 21, n. 3, p. 534-546, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2021
- FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)**. Martins fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social": In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, **Edições Graal**, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FONTES, Martins. *Segurança, território, população*. **Trad. Eduardo Brandão**. São Paulo: **Martins**, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da antimedicina. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 18, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edição Graal, 2012.
- FREUD, S. (1900). A interpretação de sonhos. In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Freud, S. (1996). Sobre a Psicopatologia da vida cotidiana. In: S. Freud. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. VII, pp. 13-107). Rio de Janeiro: Imago (trabalho original publicado em 1901).

FURTADO, Mariama Augusto. O lugar do sofrimento na cultura contemporânea: patologização do mal-estar e medicalização da vida. **Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2014.

CABAS, Antonio Godino. O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, 2009

Jerusalinsky, A. (2011). Gotinhas e comprimidos para crianças sem história: Uma psicopatologia pós-moderna para a infância. In A. Jerusalinsky, & S. Fendrik (Orgs.), O livro negro da psicopatologia contemporânea. **São Paulo: Via Lettera**.

Lacan, J. (1998). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. Em Escrito. (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953).

O seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954 / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de Betty Milan. – 3°. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

MACERATA, Iacã Machado; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Inquietações do presente: a persistência de A História da Loucura no campo da reforma psiquiátrica. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 7, 2020.

MARTINHAGO, Fernanda; CAPONI, Sandra. Breve história das classificações em psiquiatria. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 16, n. 1, p. 73-90, 2019.

MENDONÇA, Larissa de Figueiredo Rolemberg et al. Reflexões sobre o diagnóstico como representação. 2013.

O modelo e o exemplo na nosologia psicanalítica. In: TEIXEIRA, Antonio. *Psicanálise e Psicopatologias Lacanianas*. Curitiba, Brasil; Editora CRV, 2020. 129-137.

O prozac e a história da psiquiatria. In: BARRETO, Francisco. *Psicanálise e Psicopatologias Lacanianas*. Curitiba, Brasil; Editora CRV, 2020. p. 71-765.

TEIXEIRA, António; ROSA, Márcia. O futuro de uma classificação. in: *Psicopatologia laciana*. 1ed Belo horizonte. Autêntica, 2020

TEODORO, Elizabeth Fátima; SIMOES, Alexandre; GONCALVES, Gesianni Amaral. Alterações de humor na trama psicopatológica do DSM-V. **Analytica**, São João del Rei, v. 9, n. 16, p. 1-20, jun. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972020000100010&lng=pt&nrm=iso>.

TEODORO, Elizabeth Fátima; SIMÕES, Alexandre; GONÇALVES, Gesianni Amaral. DSM-5 e as alterações dos transtornos de humor: uma análise crítica à luz da teoria psicanalítica. **Mental**, v. 13, n. 23, p. 52-78, 2021.

DA SILVA TRAVAGLIA, Aline Alves. Psicanálise e saúde mental, uma visão crítica sobre psicopatologia contemporânea e a questão dos diagnósticos. **Psicologia Revista**, v. 23, n. 1, p. 31-49, 2014.